



COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 3330011595

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2005, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO. 1. Data: 27 de abril de 2005. 2. Hora: 10:30h. 3. Local: Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 20º andar, São Paulo, SP. 4.

Presentes: Benjamin Steinbruch (Presidente), Antonio Francisco Santos, Dionísio Dias Carneiro Netto, Edmar Lisboa Bacha, Fern Perrone, Mauro Molchansky, Yoshiaki Nakano, Darc Antonio da Luz C e Claudia Maria Sarti (Secretária da Reunião). 6. Assuntos Tratados: 6.12 - Reeleição do Diretor-Presidente - O Conselho de Administração ("C.A.") aprovou, por unanimidade, na forma do disposto no art. 17, III, do Estatuto Social, a reeleição do Doutor Benjamin Steinbruch brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade SSF nº 3.627.815-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 618.266.778-87, domiciliado

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO
Nire: 33.30016217-8
Protocolo: 00-2006/015266-4 - 06/02/2006
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/02/2006. E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
00001586029
DATA: 08/02/2006
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

Guia nº 227587 A 7 cm R\$833,03



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio
CNPJ: 00.880.446/0001-58

Srs. Acionistas, em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2004, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	2004	2003		2004	2003
Circulante:					
Disponível	4.170.679	1.371.826	Empréstimos e financiamentos	33.484.459	38.473.503
Contas a receber	744.574	514.243	Fornecedores	15.303.315	5.484.542
Almoarifado de materiais	91.807	89.245	Obrigações trabalhistas/tributárias	1.913.190	1.874.086
Impostos a recuperar	12.222	47.114	Vendas antecipadas	1.338.912	1.188.699
Créditos Tributários	-	511.786	Juros sobre o capital próprio	10.910.600	4.956.600
Despesas do exercício seguinte	221.495	466.440	Taxa de fiscalização contratual a pagar	717.756	651.111
	5.240.777	3.000.654	Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	7.389.925	-
				71.058.157	52.628.541
Realizável a longo prazo:					
Créditos tributários	1.627.748	222.054	Exigível a longo prazo:		
Cauções e depósitos judiciais	1.272.063	893.773	Empréstimos e financiamentos	30.641.939	50.799.595
Residual de arrendamento mercantil	439.905	299.270	Taxa de fiscalização contratual a pagar	3.539.005	4.118.807
Outros valores a receber	46.457	-	Provisão para contingências	4.858.082	723.687
	3.386.173	1.415.097	Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	59.803.969	-
				98.842.995	55.642.089
Permanente:					
Imobilizado líquido	406.806.114	203.475.393	Patrimônio líquido:		
Diferido líquido	16.167	5.160.277	Capital social	94.778.171	86.065.497
	406.822.281	208.635.670	Reserva de capital	212	212
			Reserva de reavaliação	130.505.794	-
			Reservas de lucros	2.797.973	2.198.118
			Lucros acumulados	17.465.929	16.516.964
				245.548.079	104.780.791
TOTAL DO ATIVO	415.449.231	213.051.421	TOTAL DO PASSIVO	415.449.231	213.051.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2004 E 2003 (Em reais)

	Reservas de Lucros						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Legal	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2002	86.065.497	212	-	141.289	1.412.883	1.554.172	12.448.799
Resultado do período 01/01 a 31/12/2003	-	-	-	-	-	-	11.708.111
Constituição de reservas	-	-	-	58.541	585.405	643.946	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(6.996.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	86.065.497	212	-	199.830	1.998.288	2.198.118	16.516.964
Aumento de Capital	8.712.674	-	-	-	-	-	8.712.674
Resultado do período 01/01 a 31/12/2004	-	-	-	-	-	-	10.906.467
Constituição de reservas	-	-	-	54.532	545.323	599.855	(599.855)
Juros sobre capital próprio 01/01 a 31/12/2004	-	-	-	-	-	-	(9.357.647)
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	197.699.688
Impostos diferidos sobre a reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(67.193.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	94.778.171	212	130.505.794	254.362	2.543.611	2.797.973	17.465.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2004 E 2003

1. Contexto operacional - A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos contados a partir da data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária. A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária. Extinta a concessão, reverterá à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas diretas ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT. O cronograma físico de investimentos prevê aplicação de recursos na rodovia, durante o prazo de concessão, no montante aproximado de R\$ 996.979 mil, a valores de dezembro de 2004, dos quais R\$ 595.546 mil já foram investidos, o custeio destes investimentos é feito com a captação de financiamentos de longo prazo. Os orçamentos para o exercício de 2005 prevêem arrecadação de pedágio em montante suficiente para a manutenção das atividades da Companhia e para a liquidação de seus compromissos financeiros de curto prazo. Adicionalmente, estão previstos ingressos de recursos de financiamento de longo prazo para custear os investimentos planejados, especialmente para a duplicação de pista no trecho entre Matias Barbosa e Juiz de Fora em Minas Gerais. Conforme mencionado na Nota nº 7.1, em setembro 2004 foi firmado contrato junto ao BNDES, que já efetuou liberações parciais. Os resultados do exercício de 2004 estão significativamente afetados por incremento nos gastos com manutenção e conservação da rodovia e respectivos materiais utilizados, com serviços de atendimento ao usuário. Também influenciaram os resultados os ajustes contábeis relativos às provisões para contingências (Nota nº 16) e à baixa de ativo diferido que não seria recuperado com os resultados das operações (Nota nº 6).

2. Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais as seguintes: 2.1. Regime de escrituração contábil - Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano, contado a partir de 01 de janeiro de 2005, foram classificados como circulantes e aqueles com prazos superiores foram classificados no longo prazo. 2.2. Títulos e valores mobiliários - Encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. 2.3. Almoarifado de materiais - Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo inferiores aos valores de reposição. 2.4. Despesas do exercício seguinte - Correspondem, basicamente, as renovações de seguro, inclusive sobre a garantia de obras na rodovia, sendo obedecido o regime de competência para a devida apropriação ao resultado de cada período. 2.5. Permanente - Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota nº 5, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao termo final do contrato de concessão, conforme mencionado na Nota nº 1; Amortização do diferido no período de três a 25 anos, conforme mencionado na Nota nº 6. 2.6. Empréstimos e financiamentos - São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados (Nota Explicativa nº 7). 2.7. Taxa de fiscalização contratual a pagar - Valores a pagar junto à ANTT relativos às taxas do período de outubro de 2000 a dezembro de 2001. 2.8. Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido - Definida pela Lei nº 7.689/88 com alterações posteriores, foi calculada sobre o lucro líquido ajustado antes da provisão para o imposto de renda. Sua contabilização ocorreu no passivo circulante, líquida das antecipações efetuadas no exercício. 2.9. Provisão para imposto de renda da pessoa jurídica - Constituída com base no lucro real, sendo reconhecida a medida da apuração do débito tributário. Sua contabilização ocorreu no passivo circulante, líquida dos valores retidos do imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e das antecipações efetuadas no exercício. 2.10. Demais ativos e passivos - São demonstrados pelo regime de competência, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias pro rata. 3. Disponível - Os saldos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estavam representados por:

Descrição	R\$ 2004	2003
Tesouraria da operação (*)	1.128.073	1.025.628
Bancos conta movimento	1.827.484	40.412
Aplicações de liquidez imediata	1.188.054	283.830
Outras	27.068	21.956
Total	4.170.679	1.371.826

(*) Refere-se à arrecadação nas praças de pedágio, em trânsito com a transportadora de valores ou ainda não depositados no banco.

4. Créditos tributários - Em 31/12/2004, os créditos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), incidentes sobre as adições temporárias decorrentes de provisão para contingências estão registrados no ativo realizável a longo prazo. Em 31/12/2003 os créditos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), incidentes sobre os créditos fiscais decorrentes de provisão para contingências, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social estavam registrados no ativo circulante e no realizável a longo prazo. Os créditos referentes aos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em reais)

	2004	2003
Receita de arrecadação pedágio/ exploração comercial	111.185.499	93.711.987
(-) Deduções da receita	(9.493.664)	(8.098.564)
(=) Receita líquida de vendas	101.691.835	85.613.423
(-) Custo dos serviços prestados - operação da rodovia		
Custos de pessoal	(7.084.338)	(6.253.339)
Manutenção/conservação	(18.226.399)	(8.882.516)
Serviço de atendimento ao usuário	(4.051.897)	(2.773.518)
Serviços de terceiros	(611.234)	(388.188)
Aluguéis de equipamentos/leasing	(1.170.054)	(297.742)
Fiscalização contratual	(2.871.170)	(2.515.328)
Depreciação e amortização	(19.300.914)	(19.182.261)
Seguros	(1.670.339)	(1.253.584)
Materiais	(5.738.090)	(1.968.379)
Outros	(4.689.112)	(1.068.491)
	(65.413.547)	(44.583.346)
(=) Resultado bruto	36.278.288	41.030.077
(+/-) Despesas e receitas operacionais:		
Despesas de pessoal	(3.931.067)	(3.939.058)
Despesas administrativas	(2.521.000)	(2.119.476)
Despesas financeiras (líquidas)	(10.174.470)	(18.835.425)
Depreciação e amortização	(201.536)	(222.883)
Serviços de terceiros	(3.191.074)	(1.911.912)
	(20.019.147)	(27.028.754)
(=) Resultado operacional	16.259.141	14.001.323
(+/-) Outras receitas e despesas não operacionais	(4.641.421)	62.108
(=) Resultado antes das provisões tributárias	11.617.720	14.063.431
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	(711.253)	(2.355.320)
(=) Lucro líquido do exercício	10.906.467	11.708.111
Lucro por ação	1,52	1,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2004 E 2003 (Em reais)

	2004	2003
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	10.906.467	11.708.111
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação do imobilizado	19.129.007	19.041.652
Amortização do diferido	373.443	363.575
Valor residual do ativo permanente baixado	4.806.919	7.752
Variações monetárias do exigível a longo prazo	184.255	3.662.091
Provisões para contingências	4.134.395	723.687
Lucro líquido do exercício ajustado	39.534.486	35.506.868
Dos acionistas		
Aumento do capital	8.712.674	-
De terceiros		
Empréstimos de longo prazo	11.891.705	-
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	-	873.589
Redução do realizável a longo prazo	-	-
Total das origens	60.138.865	36.380.457
Aplicações de recursos		
Acrescimos ao ativo permanente imobilizado	24.796.293	391.473
Acrescimos do realizável a longo prazo	1.971.076	-
Transferência do exigível para o curto prazo	32.813.417	31.089.532
Provisão dos impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	7.389.925	-
Juros sobre o capital próprio	9.357.647	6.996.000
Total das aplicações	76.328.358	38.477.005
Variação do capital circulante líquido	(16.189.493)	(2.096.548)
Capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No final do exercício	5.240.777	3.000.654
No início do exercício	3.000.654	2.321.094
Variação	2.240.123	679.560
Passivo circulante		
No final do exercício	71.058.157	52.628.541
No início do exercício	52.628.541	49.852.433
Variação	18.429.616	2.776.108
Variação do capital circulante líquido	(16.189.493)	(2.096.548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

social sobre o lucro foram realizados no exercício de 2004.

Composição dos créditos tributários

	R\$ 2004	2003
IRPJ	1.190.521	533.039
CSSL	437.227	200.801
Total	1.627.748	733.840
Curto prazo	-	-
Longo prazo	1.627.748	222.054

Demonstração dos créditos tributários

	R\$ 2004	2003
Descrição		
Imposto de renda pessoa jurídica		
Saldo inicial do prejuízo fiscal	1.600.467	3.946.288
Compensações	(1.600.467)	(2.345.821)
Saldo a compensar	-	1.600.467
IRPJ - 15%	-	240.070
Adicional do IRPJ - 10%	-	136.047
Total do crédito do imposto de renda	-	376.117
Provisões para contingências	4.858.082	723.687
IRPJ - 15%	728.713	108.553
Adicional do IRPJ - 10%	461.808	48.369
Total do crédito do imposto de renda	1.190.521	156.922
Total geral do crédito do IRPJ	1.190.521	533.039
Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)		
Saldo inicial da base de cálculo negativa	1.507.433	3.853.254
Compensações	(1.507.433)	(2.345.821)
Saldo a compensar	-	1.507.433
Contribuição social sobre o lucro - 9%	-	135.669
Provisões para contingências	4.858.082	723.687
Contribuição social sobre o lucro - 9%	437.227	65.132
Total do crédito da CSSL	437.227	200.801

continua

139 Ofício de Notas
Luiz Fernando Carvalho de Faria - Tabelião - Monnamoe
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423
Certifico que a presente é cópia fiel do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2006
ARLAN DA COSTA DUARTE - DC - 135
Válido somente com selo de Fiscalização.



13º Ofício de Notas
ARLAN DA COSTA DUARTE - DC - 135
Escritório Substituto
Mat. 94/995



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RJ

CNPJ: 00.880.446/0001-58

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2004 E 2003 - continuação

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Reavaliação	Total em	
						31/12/2004	31/12/2003
5. Imobilizado líquido (Em reais)							
Trabalhos iniciais							
Pavimento concreto asfáltico	20	3.734.161	(3.734.161)	-	-	-	-
Elementos de proteção/segurança	20	5.805.768	(5.805.768)	-	-	-	2.686
Canteiro central/faixa domínio	20	185.786	(185.786)	-	-	-	-
Obras de arte especiais	20	1.913.374	(1.913.374)	-	-	-	-
Sistema de iluminação/inst. Elétricas	20	60.049	(60.049)	-	-	-	-
Estruturas de contenção	4-5	3.455.373	(1.233.228)	2.222.145	-	2.222.145	2.394.914
Drenagem/obras de arte correntes	20	255.995	(255.995)	-	-	-	-
Recuperação dos túneis	20	203.902	(203.902)	-	-	-	-
Edif. operação e controle	4-5	9.916.738	(3.509.263)	6.407.475	-	6.407.475	6.907.868
Total		25.531.146	(16.901.526)	8.629.620		8.629.620	9.305.468
Recuperação estrutural da rodovia							
Pavimento concreto asfáltico	12,5 - 16,67	19.139.340	(15.122.084)	4.017.256	22.503.744	26.521.000	7.144.208
Pavimento concreto cimento	12,5 - 16,67	1.449.080	(1.227.169)	221.911	959.089	1.181.000	463.070
Elementos de proteção e segurança	4-5	5.768.583	(1.495.786)	4.272.797	11.543.203	15.816.000	4.560.375
Recuperação de obras de arte especiais	4-5	267.298	(67.919)	199.379	1.263.621	1.463.000	212.745
Estruturas de contenção	4-5	10.070.092	(2.785.824)	7.284.268	13.711.732	20.996.000	7.787.649
Drenagem/obras de arte correntes	4-5	6.137.820	(1.794.598)	4.343.222	11.984.778	16.328.000	4.650.113
Túneis	4-5	699.144	(215.379)	483.765	300.235	784.000	518.722
Total		43.531.357	(22.708.759)	20.822.598	62.266.402	83.089.000	25.336.882
Melhoramentos							
Edif. operação e controle	4-5	1.859.159	(530.828)	1.328.331	145.669	1.474.000	1.423.804
Obras espec. prog. exp. - item 2.6	4-5	180.913.927	(54.609.221)	126.304.706	125.999.294	252.304.000	138.318.230
Sistema ilum./instalações elétricas	10 - 12,5	395.050	(221.540)	173.510	263.490	437.000	222.749
Estruturas de contenção	4-5	165.775	(29.348)	136.427	-	136.427	144.818
Duplicação de pista simples	4-20	23.929.493	(472.419)	23.457.074	-	23.457.074	-
Outros melhoramentos	4-5	3.017.291	(709.124)	2.308.167	9.024.833	11.333.000	2.459.549
Total		210.280.695	(56.572.480)	153.708.215	135.433.286	289.141.501	142.569.150
Diversos							
Monitoramento	4	1.372.246	(417.436)	954.810	-	954.810	924.793
Adm. concessionária	10	1.504.469	(1.079.998)	424.471	-	424.471	506.242
Implantação dos sistemas	5-20	33.938.939	(10.199.464)	23.739.475	-	23.739.475	23.955.787
Exploração comercial	-	995.478	(169.780)	825.698	-	825.698	875.533
Marcas e patentes	-	1.539	-	1.539	-	1.539	1.538
Total		37.812.671	(11.866.678)	25.945.993		25.945.993	26.263.893
Total		317.155.869	(108.049.443)	209.106.426	197.699.688	406.806.114	203.475.393

Descrição	% - Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	2004		2003	
				Líquido	Amortizado	Líquido	Amortizado
6. Diferido líquido							
Instalações em imóveis de terceiros	33,34	190.972	(174.805)	16.167	-	5.120.328	-
Construção da praça de pedágio do Km 109	4	-	-	-	-	5.160.277	-
Total		190.972	(174.805)	16.167		10.280.605	

Para melhor refletir a posição patrimonial da Companhia, e visando não manter ativos que não proporcionam receitas, não sendo, portanto, recuperados com os resultados das operações, a administração, optou por baixar integralmente neste exercício os custos incorridos com a implantação do que seria de uma das praças de pedágio e que, até o exercício anterior vinham sendo mantidos e amortizados como gastos diferidos. O resultado desta baixa foi contabilizado como despesa não operacional.

Descrição	R\$	2004		2003	
		Líquido	Amortizado	Líquido	Amortizado
7. Empréstimos e financiamentos					
7.1. Contratos BNDES					
Banco Bradesco S/A - conta garantida (utilização do crédito - (taxa de CDI + 0,6% ao mês).....	-	-	-	4.468.482	-
Banco Bradesco S/A - capital de giro - (taxa CDI + 12,6825% ao ano).....	-	-	-	104.724	-
Petrobrás Distribuidora S/A - (taxa de CDI + 1% ao mês).....	-	-	-	487.855	-
Banco Guanabara S/A (taxa CDI + 0,90 % ao mês).....	-	-	-	900.000	-
BNDES - financiamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado, sujeitos a juros de 5,5% ao ano e atualizáveis pela variação da TJLP.....	36.663.245	-	-	67.677.085	-
BNDES - Sub-crédito "a" - parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES.....	-	2.316.480	-	-	-
BNDES - Sub-crédito "b" - parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP.....	-	9.549.300	-	-	-
FINAME - financiamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado, sujeitos a juros de 5% ao ano e atualizáveis pela variação da TJLP.....	-	-	-	37.579	-
Siemens Ltda. - financiamentos concedidos para aquisição de bens do ativo imobilizado produzidos pela mesma, atualizáveis com base em 40% da variação do IGP-M e em 60% da variação da taxa de câmbio de venda do Dólar americano comercial.....	15.597.373	-	-	15.597.373	-
Total	64.126.398	12.182.260	12.182.260	89.273.098	89.273.098
Circulante	30.641.939	-	-	50.799.595	-
Total	94.768.337	12.182.260	12.182.260	140.072.693	89.273.098

Descrição	R\$	2004		2003	
		Líquido	Amortizado	Líquido	Amortizado
8. Fornecedores					
8.1. Fornecedores					
Consórcio Construtor BR040.....	11.993.958	-	-	3.335.908	-
Petrobrás Distribuidora S/A.....	2.053.207	-	-	-	-
Agência Nacional de Transportes Terrestres.....	312.037	-	-	286.765	-
Bradesco Seguros S/A.....	153.548	-	-	188.777	-
Bradesco Saúde S/A.....	148.977	-	-	147.467	-
SMR Socorro Médico e Resgate Ltda.....	641.588	-	-	700.418	-
Rio Bonito Serv. Apoio Rodov. Ltda.....	641.588	-	-	682.579	-
Outros.....	15.303.315	-	-	5.484.542	-
Total	15.303.315	15.303.315	15.303.315	10.838.999	10.838.999

Descrição	R\$	2004		2003	
		Líquido	Amortizado	Líquido	Amortizado
9. Obrigações tributárias e trabalhistas					
IRPJ.....	123.077	-	-	376.876	-
CSLL.....	45.346	-	-	141.459	-
COFINS.....	339.931	-	-	285.475	-
PIS.....	73.659	-	-	95.205	-
Imposto sobre serviços.....	475.528	-	-	426.007	-
Impostos retidos na fonte a recolher.....	48.268	-	-	115.188	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	807.381	-	-	433.876	-
Total	1.913.190	1.913.190	1.913.190	1.874.086	1.874.086

Descrição	R\$	2004		2003	
		Líquido	Amortizado	Líquido	Amortizado
10. Transações com partes relacionadas					
Consórcio Construtor BR 040					
Saldo em 31 de dezembro	11.993.958	-	-	3.335.908	-
Passivos - fornecedores	23.272.678	-	-	120.512	-
Movimentações no período (12 meses)	15.792.419	-	-	15.434.393	-
Aquisições de imobilizado	16.485.375	-	-	8.022.216	-
Depreciações	-	-	-	-	-
Custos - manutenção e conservação	-	-	-	-	-
Total	47.544.830	47.544.830	47.544.830	18.913.029	18.913.029

11. Taxa de fiscalização contratual a pagar
A Companhia havia pleiteado junto à ANTT o não pagamento de um montante

de R\$ 2.742.799, relativo às taxas do período de outubro de 2000 a dezembro de 2001, para fins de compensação da perda de receita decorrente do atraso do reajuste tarifário.

Em 2003, a Agência manifestou-se contra o pedido e solicitou os pagamentos das taxas mensais do passado, acrescidos de encargos e atualizações, gerando um débito acumulado no início de dezembro de 2003 no montante de R\$ 4.824.887.

A Companhia solicitou o parcelamento deste montante em 82 parcelas, tendo já pago treze até dezembro de 2004. Segue a estrutura dos vencimentos.

Descrição	R\$	
	2004	2003
Curto prazo	717.776	651.111
Longo prazo	4.107.111	4.173.776
Total	4.824.887	4.824.887

12. Patrimônio líquido
12.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado está representado por 7.190.100 ações sem valor nominal, sendo 2.396.700 ordinárias e 4.793.400 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade a distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$ 100.000.000. A composição acionária em 31/12/2004 é a seguinte:

Descrição	Quantidades de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Triunfo Participações e Investimentos S/A.....	1.497.937	2.995.871	4.493.808
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A.....	431.406	862.810	1.294.216
CCI Concessões S/A.....	215.703	431.404	647.107
Construtora Metropolitana S/A.....	251.654	503.305	754.959
Pessoas físicas.....	-	10	10
Total	2.396.700	4.793.400	7.190.100

Em 16/08/2004, por deliberação dos acionistas, foi efetuado aumento do Capital Social no valor de R\$ 8.712.674 sem emissão de novas ações. A integralização do referido aumento se concretizou mediante créditos que o Consórcio Construtor BR040 detinha junto a Companhia. Tais créditos foram cedidos pelo Consórcio aos seus acionistas e estes os utilizaram para o aumento do Capital Social da CONCOR.

12.2. Reserva de reavaliação - Constituída em 31/12/2004 a partir de reavaliação de ativos suportada por laudo técnico elaborado por empresa especializada que determinou o valor de mercado de bens tomados em conjunto para as contas mencionadas na Nota nº 5. Os impostos devidos na futura realização (por depreciações ou baixas) da reserva foram provisionados a débito de conta redutora desta reserva tendo como contrapartidas contas de impostos diferidos no exigível a longo prazo e passivo circulante.

12.3. Reserva legal - Esta reserva é constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação.

12.4. Reserva estatutária - Esta reserva é constituída para fins de restituição de capital aos acionistas, nos casos de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido de cada exercício social, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

12.5. Dividendos - Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. No período de janeiro a dezembro de 2004 a Companhia contabilizou a título de juros remuneratórios do capital próprio o montante de R\$ 9.357.647 (no mesmo período de 2003 R\$ 6.996.000).

13. Cobertura de seguros (Não auditado) - A Companhia mantém coberturas de seguros para valores em risco no montante de R\$ 19.000.000, contemplando riscos de engenharia, riscos operacionais, perdas de receita, responsabilidade civil, do contrato de concessão, e de suas edificações, instalações e equipamentos. Os veículos são, em sua maioria segurados por valor de mercado. A administração da Companhia considera os valores segurados suficientes para cobrir eventuais riscos de responsabilidades ou sinistros com seus ativos.

14. Remuneração a administradores - A remuneração dos administradores de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2004 foi de R\$ 824.138 e R\$ 589.585 no mesmo período em 2003.

15. Arrendamento mercantil - Certos veículos e equipamentos são arrendados com uma taxa pré-fixada média de 2,5% ao mês variando entre o período de 24 a 36 meses, contendo cláusulas de opção de compra. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, foram efetuados pagamentos nos montantes de R\$ 1.206.737 e R\$ 591.376 respectivamente, que tiveram a seguinte destinação:

Descrição	R\$	
	2004	2003
Antecipação de pagamento do valor residual.....	140.635	87.743
Despesas operacionais.....	399.070	261.150
Custos dos serviços.....	667.032	242.483
Total	1.206.737	591.376

16. Provisão para contingência
A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A administração, apoiada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho da maior parte dos processos em andamento como remota. Os processos, avaliados pelos assessores jurídicos, como passíveis de perda foram objeto de registro contábil e totalizaram R\$ 4.858.082 (em 2003 R\$ 723.687). Os acréscimos neste exercício, totalizando R\$ 4.134.395, tiveram as seguintes destinações nas contas de resultados:

Descrição	R\$	
	2004	2003
Custo dos Serviços - Pessoal.....	207.350	575.000
Custos dos Serviços - Outros.....	3.600.972	148.687
Despesas Administrativas.....	326.073	-
Total	4.134.395	723.687

17. ISS - custo da tarifa de pedágio
A Companhia passou a provisionar e a recolher o referido imposto à alíquota de 5%, com o conseqüente repasse deste imposto à tarifa do pedágio, a partir de janeiro de 2000, com base nas Leis Complementares nº 100 de 22/12/1999 e nº 116 de 31/07/2003, que instituíram a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de pedágio.

130 Ofício de Notas
Luiz Fernando Carvalho de Faria - Tabelião - Monção
Av. Rio Branco 135 - Grupo 112 - RJ - Tel. 2224-0110
Certifico que a presente é cópia verdadeira do original que foi exibido Escrevente
Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2006
ARLAN DA COSTA DUARTE - DC - 135
Total R\$93,98
Válido somente com selo de Fiscalização.





Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ: 00.880.446/0001-58

18 Imposto de renda e contribuição social	R\$ 2004	2003
Base de cálculo do imposto de renda		
Resultado antes das provisões tributárias.....	11.617.720	14.063.431
(+) Adições permanentes (Despesas não dedutíveis).....	15.579	32.397
(+) Adições temporárias (Provisão para contingências).....	4.134.395	723.687
(-) Excluições - Juros sobre o capital próprio.....	(9.357.647)	(6.996.000)
(-) Compensação de prejuízos fiscais.....	(1.508.524)	(2.347.054)
Lucro real	4.901.523	5.476.461
Imposto de renda - 15%.....	821.469	821.469
Imposto de renda adicional - 10%.....	466.152	523.646
Imposto de renda diferido realizado - sobre a compensação de prejuízos fiscais.....	353.131	562.764
Imposto de renda diferido a realizar - sobre provisão para contingências.....	(1.033.598)	(156.922)
Ajustes.....	(5.352)	(34.668)
Total do imposto de renda	515.562	1.716.289
Base de cálculo da contribuição social		
Resultado antes das provisões tributárias.....	11.617.720	14.063.431
(+) Adições permanentes (Despesas não dedutíveis).....	15.579	32.397
(+) Adições temporárias (Provisão para contingências).....	4.134.395	723.687
(-) Excluições - Juros sobre o capital próprio.....	(9.357.647)	(6.996.000)
(-) Compensação de prejuízos fiscais.....	(1.508.524)	(2.347.054)
Base de cálculo da contribuição social	4.901.523	5.476.461
Total da contribuição social - 9%.....	441.137	492.881
Contribuição social diferida realizada - sobre a compensação de prejuízos fiscais.....	135.767	211.235
Contribuição social diferida a realizar - sobre provisão para contingências.....	(372.095)	(65.132)
Ajustes.....	(9.118)	47
Total da contribuição social	195.691	639.031
Total do imposto de renda e contribuição social lançados no resultado do exercício	711.253	2.355.320

tancialmente aos seus valores estimados de mercado. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de sua Instrução Normativa nº 235, de 23/03/95, estabelece a divulgação de instrumentos financeiros em nota explicativa, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio - A Companhia possui o contrato de financiamento com a Siemens (Nota Explicativa nº 7.2.) que está sendo questionado judicialmente, no entanto, até o momento não afeta negativamente seus negócios, a situação patrimonial e financeira e resultado das operações e sua capacidade de honrar as obrigações.

Riscos de crédito - O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista e pagamentos antecipados. Os créditos somente ocorrem em casos de venda para grandes clientes e não representam 5% do seu faturamento mensal.

Risco de preço e valor de mercado - A presente estrutura tarifária cobrada é regulada pelo poder concedente e, nas três praças de pedágio encontrase dentro da faixa praticada pelo mercado, sendo que atualmente a Companhia cobra R\$ 1,00 a cada 10 km.

Risco de mercado - O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal. Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria é plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresentando grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO 1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, levantado em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.2., a Companhia mantém registrado em seu passivo o valor de R\$ 15.597.373, referente a financiamentos concedidos pela Siemens S.A. A administração da Companhia, entendendo a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais pela credora, rescindiu o contrato na esfera judicial e desta forma, suspendeu o registro contábil da atualização monetária desde 01 de janeiro de 2000, tendo em vista que, na opinião de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda desta demanda pela Companhia é remota. São Paulo, 24 de Março de 2005

Terco Grant Thornton

Auditores Independentes - Sociedade Simples - CRC SP 018.196/O-S-RJ
Contador Acyr de Oliveira Pereira - CRC SP 220.266/O-S-O-RJ

DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Antônio Jonsson - Diretor Presidente
CPF 302.634.769-87
Pedro Antônio Jonsson - Diretor Administrativo Financeiro
CPF 302.634.769-87
Ricardo Salles de Oliveira Barra - Diretor de Operações e Engenharia
CPF 453.808.996-68

Sergio dos Reis Príncipe - Contador - CRC RJ 036375/O-8.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Fernando Wolff de Carvalho
Presidente
Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz
Conselheiro
Eduardo Ribeiro Capobianco
Conselheiro
Rogério Gomes Sant'anna
Conselheiro
Fabiana Repucci Vaz de Lima
Conselheira

Guia nº 227.570 A 240 cm R\$28.560,00

BOURBON BRAZIL PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 04.038.364/0001-11

RELATÓRIO DA DIRETORIA			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Srs. acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2004 comparativa a 31/12/2003 da Bourbon Brazil Participações S/A, elaboradas na forma da legislação societária.			31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	
ATIVO	31/12/04	31/12/03	Resultado de Equivalência Patrimonial	Despesas e Receitas Operacionais	ORIGENS DE RECURSOS	
CIRCULANTE			8.113.426,67	36.780,41	- Resultado do Exercício	8.123.102,51
DISPONÍVEL					Total das Origens de Recursos	8.123.102,51
Bancos conta Movimento	1.332,25	3.062,48			APLICAÇÃO DE RECURSOS	
Aplicações Financeiras	532.448,32	545.493,24			- Das Operações	
	533.780,57	548.555,72			Resultado Equivalência Patrimonial em Controlada	8.113.426,67
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO					Total das Aplicações de Recursos	8.113.426,67
OUTROS CRÉDITOS					AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	
Impostos a Recuperar	59.106,88	36.008,30			VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	
Adiantamento Terceiros	280,00	280,00			Ativo Circulante	
Depósito Bancário (Caução)	100,00	100,00			- No início do Exercício	584.944,02
	59.486,88	36.388,30			- No fim do Exercício	593.267,45
TOTAL DO CIRCULANTE PERMANENTE	593.267,45	584.944,02			Passivo Circulante	8.323,43
INVESTIMENTOS					- No início do Exercício	1.526,81
Delba Marítima Navegação S/A	21.587.219,80	12.724.133,20			- No fim do Exercício	174,40
Ágio na Aquisição de Investimentos	8.396.197,53	8.396.197,53			Total	1.526,81
Reavaliação Delba Marítima	1.667.753,60	2.417.413,53			AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(1.352,41)
TOTAL DO PERMANENTE	31.651.170,93	23.537.744,26				9.675,84
TOTAL DO ATIVO	32.244.438,38	24.122.688,28				20.742,83
PASSIVO	31/12/04	31/12/03				
CIRCULANTE						
Outras Contas a Pagar	57,13					
Obrigações Fiscais						
COFINS a Recolher	68,56	217,67				
PIS a Recolher	14,88	119,72				
IRRF Terceiros	33,83	31,11				
Provisão IRPJ		723,94				
Provisão Contribuição Social		434,37				
TOTAL DO CIRCULANTE	174,40	1.526,81				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	23.056.840,00	23.056.840,00				
Reserva Legal	459.371,20	53.216,07				
Lucro/Prejuízos Acumulados	8.728.052,78	1.011.105,40				
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.244.263,98	24.121.161,47				
TOTAL DO PASSIVO	32.244.438,38	24.122.688,28				

Christian de Béral
Diretor - CPF 170.869.558-33
Wagner Moreira da Silva
Contador - CRC - RJ 045396/O-7S - RJ - CPF 360.193.727-15

Guia nº 227553 A 42 cm R\$4.998,00

IMOBILIÁRIA SEGURADORAS REUNIDAS S.A.
CNPJ 33.451.121/0001-09
NIRE 33.3.0009902-6

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 14 DE ABRIL DE 2005.
1. Assembleia Geral Ordinária realizada, em primeira convocação, na Sede Social, Rua Senador Dantas, 74 - 18º andar - grupo 1802 - Rio de Janeiro, às 11:00 horas do dia 14 de abril de 2005. 2. Edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil dos dias 05, 06 e 07 de abril de 2005. 3. Comparecimento dos acionistas Cia. de Seguros Aliança da Bahia e Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, detentores de 23,31% e 66,30% do capital com direito a voto, constatando-se dessa forma, a existência de quorum para a realização da Assembleia. 4. Assembleia presidida pelo Dr. Ronaldo Frederico Lago Youle, Vice-Presidente da Sociedade e secretariada pelo Sr. Paulo Cezar Rodrigues Carvalho, eleito pelos presentes. Compareceram os Conselheiros Fiscais, Dr.

Ricardo Romeiro de Oliveira, Dr. Orlando Vicente Pereira bem como o Diretor Administrativo-Financeiro Dr. Iurá Marino Vianna, para informações que, por ventura, sejam solicitadas pelos acionistas presentes. 5. Deliberações adotadas: I - Aprovados o Relatório da Diretoria, a Demonstração da Conta Lucros e Perdas, o Balanço Geral com os pareceres favoráveis à aprovação, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, documentos esses que se referem ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004; II - para compor o Conselho Fiscal, no período que vai até a Assembleia Geral Ordinária de 2006, foram reeleitos os Srs. Ricardo Romeiro de Oliveira, Wilson Laranjeira e Orlando Vicente Pereira, como membros efetivos, Jorge Carvalho, Maria da Glória Faria e Ismael de Castro Sundin, como suplentes, todos já qualificados anteriormente. III - estabelecida a verba mensal global para a remuneração dos Diretores no valor de R\$13.656,00 (Treze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) a ser distribuída em reunião da Diretoria, nos termos do § 5º do artigo 9º do Estatuto Social e a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal fixada em R\$1.566,00 (hum mil, quinhentos e sessenta e seis reais), cabendo a cada

membro efetivo o valor de R\$522,00 (quinhentos e vinte e dois reais). IV - não foram suscitadas questões para serem examinadas sob o tema "Assuntos Gerais". Esgotadas as matérias da Ordem do Dia, foram os trabalhos dados por concluídos e encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2005. Ronaldo Frederico Lago Youle - **Presidente**, Paulo Cezar Rodrigues Carvalho - **Secretário**, Cia. de Seguros Aliança da Bahia - **Jose Maria Souza Teixeira Costa**, Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - **Paulo Cezar Rodrigues Carvalho**. A presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. Iurá Marino Vianna - **Diretor Administrativo-Financeiro**. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: Imobiliária Seguradoras Reunidas S.A. NIRE: 33.3.0009902-6. Protocolo 00-2004/051996-4 de 20/04/2005. Certificado de deferimento em 25/04/2005 e o registro sob o número 1514189. Data: 25/04/2005. Valéria G. M. Serra - **Secretária Geral**.

Guia nº 227558 A 13 cm R\$1.547,00

130 Ofício de Notas
Luiz Fernando Carvalho de Faria - Tabelião - N.º 203-84608-1
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 203-84608-1
Certifico que a presente é cópia verdadeira e fiel do original que foi exibido em 14 de Abril de 2005
Escritório de Notas
Mat. 130

Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2006
ARLAN DA COSTA DUARTE - DC - 135
Válido somente com selo de Fiscalização. Total R\$3,98

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
CKE
1ATO
DT000058